

A IMPORTÂNCIA DE PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE UMA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Nome completo do(s) autor(es)¹

PRATA, Rosiane¹

AMARAL, Miriam²

ANDRADE, Marlianne³

Práticas pedagógicas da Educação Especial na perspectiva inclusiva

Linha de Trabalho

RESUMO

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência vivenciado na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFGPA), desenvolvido por Profissionais de Apoio Escolar (PAE) na etapa do Ensino Fundamental – anos iniciais. O estudo tem como objetivo relatar o desenvolvimento escolar de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nível de suporte 3, durante seu ciclo de alfabetização e letramento, considerando suas habilidades, avanços e desafios ao longo do processo. O relato destaca a atuação da Profissional de Apoio Escolar no acompanhamento diário do estudante no ambiente educacional, desempenhando funções relacionadas ao apoio nas atividades de higiene, alimentação e locomoção, bem como na mediação pedagógica juntamente com o professor da sala regular. Evidencia-se a importância do trabalho colaborativo entre PAE e docente tanto da sala comum quanto da Educação Especial para o processo de inclusão escolar, considerando as habilidades, avanços e desafios enfrentados no desenvolvimento, do estudante TEA, e assim garantir o direito à aprendizagem no contexto da sua formação escolar na perspectiva da educação inclusiva.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Profissionais de Apoio Escolar; Alfabetização.

¹ Vínculo institucional e formação/atuação profissional/e-mail

*Esp. PRATA, Rosiane Soares / EAUFGPA/ Profissional de Apoio Escolar/ rosisoaresprata@yahoo.com.br
DR. AMARAL, Miriam/ Professora de Educação Especial da EAUFGPA/ mmamaral@ufpa.br
Pedagoga ANDRADE, Marlianne/ EAUFGPA/ Profissional de Apoio Escolar/
professoramarlianneandrade@gmail.com*

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos principais marcos das políticas educacionais brasileiras contemporâneas, assegurando o direito à escolarização de estudantes com deficiência no ensino regular. Nesse contexto, o Transtorno do Espectro Autista (TEA), classificado pelo DSM-5-TR como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na comunicação e interação social, associados a padrões restritos e repetitivos de comportamento, apresenta especificidades que impactam diretamente no processo de aprendizagem, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Ao ingressar no Ensino Fundamental – anos iniciais, a criança inicia o ciclo de alfabetização, etapa que compreende, no contexto brasileiro, os três primeiros anos dessa etapa de ensino. Trata-se de um período fundamental para a consolidação da aprendizagem da leitura e da escrita, entendido como um processo contínuo, progressivo e mediado pedagogicamente. A literatura educacional destaca que alfabetizar não se restringe à decodificação de letras e sílabas, mas implica a apropriação do sistema de escrita alfabética e sua utilização nas práticas sociais. Conforme afirma Ferreiro (1979), “a escrita não é um código de transcrição da fala, mas um sistema de representação da linguagem”, evidenciando que a criança constrói hipóteses sobre o funcionamento da escrita ao longo desse processo.

No âmbito legal, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) garante o direito à educação em sistema inclusivo, assegurando recursos de acessibilidade, atendimento educacional especializado e suporte individualizado conforme as necessidades do estudante. De modo complementar, a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana) reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, garantindo-lhe o direito ao acompanhamento especializado quando necessário. Tais dispositivos reforçam a responsabilidade da escola em promover condições adequadas para o desenvolvimento e a aprendizagem desses estudantes.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo relatar a experiência do desenvolvimento escolar de um estudante com TEA, nível de suporte 3, durante o ciclo de alfabetização, evidenciando suas habilidades, avanços e desafios, bem como a atuação da Profissional de Apoio Escolar (PAE) no processo de mediação pedagógica e promoção da inclusão. O trabalho busca, assim, refletir sobre a importância do ciclo de alfabetização para a construção da autonomia comunicativa, cognitiva e social da criança com TEA, reafirmando o direito à educação de qualidade para todos.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, fundamentada na vivência pedagógica de uma Profissional de Apoio Escolar no contexto da educação inclusiva, nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa qualitativa, conforme Minayo (2001, p. 21), “trabalha com o universo de

significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, sendo, portanto, adequada para compreender processos educacionais em sua complexidade e dimensão subjetiva.

O relato de experiência foi escolhido por possibilitar a reflexão crítica sobre a prática profissional, permitindo a análise das intervenções pedagógicas realizadas junto a um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nível de suporte 3, durante o ciclo de alfabetização. Essa modalidade de pesquisa valoriza a prática como espaço de produção de conhecimento, articulando teoria e experiência no contexto real da escola.

A coleta de dados ocorreu por meio de registros fotográficos das atividades desenvolvidas, relatórios diários de acompanhamento do estudante no ambiente escolar, observação participante e anotações sistemáticas acerca dos avanços, desafios e estratégias utilizadas no processo de mediação pedagógica. A análise dos dados deu-se de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar elementos que evidenciassem o desenvolvimento das habilidades de alfabetização e letramento, bem como a contribuição da atuação da Profissional de Apoio Escolar no processo de inclusão.

Assim, a abordagem metodológica adotada permitiu compreender, de maneira contextualizada e analítica, as práticas desenvolvidas e seus impactos no percurso educacional do estudante, evidenciando a importância da mediação qualificada no ciclo de alfabetização.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E/OU DISCUSSÕES

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio da garantia do direito à aprendizagem para todos os estudantes, respeitando suas singularidades e necessidades específicas. No contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA), caracterizado por déficits na comunicação e interação social e por padrões comportamentais restritos e repetitivos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2023), torna-se essencial a adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas que favoreçam a participação e o desenvolvimento do estudante no ambiente escolar.

No cotidiano da sala de aula, observa-se que o professor regente assume um olhar global da turma, sendo responsável pelo planejamento e condução das atividades coletivas. Já o Profissional de Apoio Escolar (PAE) desenvolve uma atuação mais individualizada, mediando de forma intencional a interação, a comunicação e o acesso do estudante com TEA às propostas pedagógicas. Essa mediação envolve tanto o apoio nas atividades funcionais quanto a adaptação de estratégias que possibilitem maior compreensão e engajamento. Já o professor da Educação Especial é o responsável pelo processo de acessibilidade das barreiras pedagógicas, metodológicas e de currículo, que porventura, passou dificultar a participação e a aprendizagem do estudante na Escola.

No que se refere ao ciclo de Alfabetização de uma criança com TEA, tecnologia assistiva, mostrou-se fundamental no processo de alfabetização do estudante acompanhado. Quando se afirma que as estratégias são direcionadas ao “manuseio e não ao abstrato”, significa que foram priorizados recursos concretos, visuais e manipuláveis — como letras móveis, cartões ilustrados, pranchas de comunicação alternativa, rotinas visuais estruturadas e jogos pedagógicos adaptados — em vez de explicações exclusivamente verbais ou atividades

baseadas apenas em conceitos abstratos. Para estudantes com TEA, especialmente com nível de suporte 3, o apoio visual e concreto facilita a organização do pensamento, a compreensão das atividades e a permanência na tarefa.

A observação sistemática realizada pela PAE permitiu identificar avanços graduais no reconhecimento de letras, na ampliação do repertório comunicativo e na participação nas atividades propostas. Ao mesmo tempo, possibilitou perceber momentos em que determinadas estratégias não produziam os efeitos esperados, indicando a necessidade de reformulação das intervenções pedagógicas. Essa análise contínua reforça a importância da mediação qualificada e da prática reflexiva no contexto da educação inclusiva.

Além dos recursos pedagógicos, destacou-se a relevância do vínculo afetivo no processo de aprendizagem. Conforme Wallon (2007, p. 137), “a construção do conhecimento não se dá apenas pela razão, mas pelas vivências emocionais oportunizadas no ambiente escolar”. Assim, o estabelecimento de uma relação de confiança, segurança e acolhimento mostrou-se elemento central para o desenvolvimento do estudante, contribuindo para sua regulação emocional, maior engajamento e participação nas atividades de alfabetização.

Dessa forma, os resultados do estudo evidenciam que a atuação articulada entre professor regente da Educação Especial e o Profissional de Apoio Escolar, aliada ao uso de tecnologia assistiva e ao fortalecimento do vínculo afetivo, constituem elementos essenciais para a efetivação da inclusão e para a promoção de uma alfabetização significativa da criança com TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises e reflexões apresentadas neste relato de experiência evidenciam que o Profissional de Apoio Escolar (PAE) exerce um papel fundamental no desenvolvimento do processo de alfabetização e letramento da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente quando se trata de estudante com nível de suporte 3. Sua atuação vai além do acompanhamento nas atividades de higiene, alimentação e locomoção, abrangendo também a mediação pedagógica, o suporte à comunicação, a organização da rotina escolar e o favorecimento da interação social no ambiente da sala de aula.

A literatura na área da educação inclusiva destaca que a presença de um profissional de apoio qualificado contribui significativamente para a permanência, participação e aprendizagem do estudante público da Educação Especial. Nesse sentido, o PAE atua como mediador das necessidades específicas do estudante, colaborando com os professores regente e da Educação Especial na adaptação de atividades, na utilização de recursos pedagógicos acessíveis e na promoção de estratégias que respeitem o ritmo e o estilo de aprendizagem da criança com TEA. Essa atuação articulada fortalece o processo de alfabetização, tornando-o mais significativo, inclusivo e coerente com os princípios legais estabelecidos pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e pela Lei nº 12.764/2012.

Os resultados observados ao longo do ciclo de alfabetização demonstram avanços no desenvolvimento das habilidades comunicativas, na ampliação da participação nas atividades propostas e na construção gradual da leitura e da escrita, ainda que permeados por desafios próprios do TEA. Evidencia-se que a mediação intencional, o planejamento colaborativo e o

suporte individualizado são elementos essenciais para a consolidação das aprendizagens nesse período.

Por fim, reafirma-se que, para a continuidade eficaz desse processo, é indispensável que os Profissionais de Apoio Escolar estejam devidamente qualificados e em constante formação continuada, compreendendo as especificidades do TEA e as práticas pedagógicas inclusivas. Somente com investimento na formação, no trabalho colaborativo e na efetivação das políticas públicas será possível promover uma educação verdadeiramente inclusiva, garantindo o direito à alfabetização e ao desenvolvimento pleno de todas as crianças.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR*. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança*. São Paulo: Martins Fontes, 2007